

# EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: CONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE APOIANDO-SE NA RELAÇÃO COMUNIDADE/ESCOLA

Dayane Maria da Silva

[dayanne\\_maria@hotmail.com](mailto:dayanne_maria@hotmail.com)

Graduanda em Licenciatura em Pedagogia – UFRPE/UAG

## RESUMO

O presente artigo debate a educação quilombola, a partir do caso da Escola Municipal Manoel Izidório, localizada na Comunidade Quilombola Atoleiro, em Caetés-PE. Entende-se que nas escolas quilombolas devem ser inseridas no seu currículo escolar as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, e, assim como em qualquer escola do Brasil, deve-se trabalhar também a Lei nº 10.639/03 que inclui a obrigatoriedade da temática história e cultura negra da população Afro-Brasileira. Ambos documentos salientam a importância de discutir temas voltados para a valorização dos conhecimentos específicos da identidade negra no País. O trabalho retrata em seu contexto a importância da construção e afirmação da identidade negra dos alunos inseridos no 3º ano do ensino fundamental da referida escola quilombola, a partir das Normas obrigatórias a serem seguidas pelas instituições de ensino. O objetivo é apresentar a realidade da relação comunidade/escola no seu processo de adaptação do currículo escolar e planejamento educacional dentro dos princípios das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e da Lei nº 10.639/03. Essa pesquisa terá como abordagem metodológica o método do caso alargado, através de um estudo de caso etnográfico em que busque, a partir de uma prática educacional localizada numa única turma de uma única escola quilombola, alargar e refletir os conhecimentos relacionados à educação e cultura quilombola.

**Palavras- chave:** Educação quilombola. Escola Quilombola. Identidade negra. Cultura Quilombola.

## 1 INTRODUÇÃO

Esse artigo foi produzido como resultado de uma pesquisa, na qual carrega em sua escrita a abordagem da educação quilombola e educação escolar quilombola, retratada em uma turma de 3º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Manoel Izidório localizada na Comunidade Quilombola Atoleiro, zona rural da cidade de Caetés-PE.

A pesquisa em questão surge da inquietação quanto à forma na qual é tratada a educação quilombola em todo o país. Esta inquietação parte de uma questão social, acadêmica e pessoal, por ser casada com um quilombola e conhecer a realidade educacional de seus familiares vi a necessidade de responder as indagações realizadas ao longo de conversas com todos que me rodeiam e me apresentam suas realidades educacionais. As leis que regem esta modalidade de ensino são claras, porém em sua maioria não são seguidas. A partir desse interesse inicial,

busca-se, neste trabalho, algumas respostas acerca de como essa escola age enquanto instituição inserida em comunidade quilombola, para por fim confrontar sobre a efetiva aplicabilidade das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e da Lei 10.639/03 na realidade escolar analisada.

A história de resistência dos negros no Brasil, data desde o início do tráfico intercontinental de escravos, até os dias de hoje. A comunidade quilombola de Atoleiros, tal qual diversas comunidades quilombolas que existem no Agreste Meridional de Pernambucano, é remanescente do Quilombo dos Palmares (sec. XVI ao séc. XVIII). Com a destruição desse quilombo, a população quilombola se espalha pelas áreas isoladas da região, onde também viviam várias tribos indígenas. Embora a ocupação da terra por essa população tenha sido bem anterior à colonização portuguesa na região, é somente a partir de 1988 que o governo brasileiro reconheceu o direito à terra das comunidades remanescentes de quilombos, embora ainda nos tempos atuais tenhamos sérias dificuldades para esse direito ser de fato cumprido.

A partir do decreto n. 4.887/03 de 20 de novembro, o processo de conquista legal da terra para os quilombolas foi mais acelerado, graças a metodologia da autodeclaração.

Ainda no ano de 2003, o movimento negro vivenciou mais um avanço quanto a população negra: em 9 de janeiro de 2003, com a Lei nº 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, tornando este um avanço significativo para a educação em geral e para os estudantes de descendência africana. E, por fim, somente em 2012, foi criado um documento para nortear o ensino específico das escolas quilombolas, as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

A educação quilombola parte do contexto histórico, do modo de vida, e da cultura cultivada pelo seu povo, estes que fizeram parte da constituição da história do Brasil, trazendo consigo memórias, costumes e saberes que são repassados de uma geração para outra.

A educação escolar quilombola deve ter como referência valores sociais, culturais, históricos e econômicos dessas comunidades. Para tal, a escola deverá se tornar um espaço educativo que efetive o diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, valorize o desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território. (CARTILHA QUILOMBOLA, 2011, P. 13)

Essa pesquisa busca responder no decorrer do processo de levantamento dos dados e de relação entre teoria e prática a seguinte questão: O que a Escola Municipal Manoel Izidório, enquanto instituição de ensino, oferece para a construção e afirmação da identidade do estudante quilombola a partir de seu currículo escolar e prática docente? Em busca desta resposta pode-se afirmar que a escola enquanto instituição de ensino localizada em uma comunidade quilombola, sendo a mesma a única da cidade, deve oferecer uma educação cujo

alicerce é a comunidade, a história local e a cultura negra. Esses elementos da cultura local e a história do povo de Atoleiro é um rico assunto didático pedagógico. Trabalhar essa realidade com os alunos, operando essa compreensão por parte dos sujeitos é significativa no campo educacional. Assim, a hipótese que defendemos nessa pesquisa é que a melhor forma de ensinar aos estudantes os conteúdos obrigatórios da Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e da Lei 10.639/03 a partir do micro para o macro, da realidade local para os assuntos que abrangem o mundo.

Essa pesquisa apoiar-se nos teóricos da educação quilombola, na Lei Nº 10.639/03, nas Diretrizes curriculares Nacionais de Educação Quilombola, e nas teorias pedagógicas de Paulo Freire, Ivan Illich e Boaventura de Sousa Santos. Desta maneira, busca-se melhor contribuir de forma significativa para o processo de construção da identidade negra, da afirmação da identidade e da valorização da história local e cultura local. No caso específico do 3º ano do ensino fundamental, trabalhamos o samba de cocô dança que é símbolo da identidade local da comunidade assim como o pífano, instrumento que também faz parte da construção da identidade local da comunidade Atoleiro.

Em busca de resultados para a pesquisa torna-se como objetivo geral analisar como as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica estão inseridas no contexto curricular da escola, e de que maneira está sendo utilizada no 3º ano do ensino fundamental. Ainda que a escola siga um currículo pré-estabelecido pela secretaria municipal de educação do município e como meio de destrinchar este objetivo, optamos por desenvolver os seguintes pontos: a) Identificar o uso ou não da relação curricular entre o currículo atribuído a escola e o uso das normas obrigatórias de ensino para o público quilombola; b) Analisar os pontos positivos e negativos acerca das observações realizadas em sala.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Dialogando a educação popular e a educação escolar quilombola**

A educação no Brasil surgiu no período colonial e era restrita apenas aos filhos de colonos e a alguns índios aldeados. A esses eram aplicados a educação por jesuítas e tinha como base o catolicismo. Aos filhos de colonos era aplicada uma educação mais culta, já aos índios era ensinado o português, ler e escrever e alguns problemas matemático, o pensamento crítico era de longe ensinado, o ensino a eles destinado era apenas uma forma de catequizar os índios. Assim surge a educação no país, e ainda nos dias atuais podemos relacionar algumas semelhanças do passado tão distante com o ano século XXI, principalmente a forma tradicional

de ensino no Brasil, e a organização das escolas mantidas até os dias de hoje, onde o professor é o centro do conhecimento e o alunos depósito deste, na qual os mesmos devem estar mantidos em filas e tomando como verdade absoluta o que lhe é ensinado. O modelo hierárquico de o gestor ou coordenador ser superior ao professor e o professor ao aluno também é uma herança da educação do período colonial.

A educação pensada para crianças veio com a Revolução Industrial quando foi vista a necessidade de colocar as crianças filhos de operários e operárias em algum lugar para que seus pais pudessem produzir capital para as empresas, neste momento as escolas para a grande massa era pensada apenas para o cuidar, as crianças maiores era destinada a uma educação tradicional em colégios públicos. Segundo Illich (1985):

Até o século passado, as crianças das famílias de classe média eram formadas em casa com a ajuda de preceptores e escolas particulares. Só com o advento da sociedade industrial tornou-se possível e acessível as massas a produção intensa da infância. O sistema escolar é um fenômeno moderno, assim como o é a infância que produz. (Illich, 1985, p. 41)

Esse sistema escolar vem ser criticado por Paulo Freire (1987) em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, e mais tarde por Ivan Illich (1985) em sua obra *Sociedade Sem Escola*. O sistema escolar a qual ambos criticam é presenciado nas escolas públicas e privadas de ensino, sendo as escolas públicas as mais afetadas, por seu público ser a massa da população brasileira e não ter outra escolha a não ser a da educação pública ofertada pelas instâncias federais, estaduais e municipais que seguem um mesmo modelo de educação, o ensino tradicional.

A diferença no ensino e nas oportunidades para um estudante de escola particular para uma escola pública é algo gritante na sociedade, mesmo com o mesmo ensino seja ele tradicional ou não, desta maneira também não existe o fato da meritocracia, as oportunidades são diferentes para a classe dominante no país em relação à massa populacional sendo essa a classe pobre. Desta maneira Illich através de sua obra confirma esta afirmação:

É óbvio que mesmo com escolas de igual qualidade, uma criança pobre raras vezes poderia nivelar-se a uma criança rica. Mesmo frequentando idênticas escolas e começando na mesma idade, as crianças pobres não tem a maioria das oportunidades educacionais que naturalmente uma criança da classe média possui. Essas vantagens vão desde a conversação e livros em casa até viagens de férias e uma diferente idiosincrasia; isto vale para as crianças que gozam disso, tanto na escola como fora dela. O estudante pobre geralmente ficará em desvantagem porquanto depende da escola para progredir e aprender. (ILLICH, 1985, P.21)

Como afirma o autor o estudante pobre depende da escola para progredir, mas como progredir em relação aos demais se nas escolas que ofertam um ensino público em sua maioria não é um ensino de qualidade, que não leva o aluno a pensar criticamente, mesmo que tenham

o mesmo ensino tradicional os filhos de pessoas ricas tem condições de aprender de várias maneiras fora da escola, tornando para eles uma opção ter uma visão de educação bancária onde o mesmo será um depósito de conhecimentos. Já para o aluno pobre esta é a única educação ofertada e dificilmente terá oportunidades, não sendo está uma forma de tornar vítimas os alunos, mas de mostrar a realidade educacional do país, visto que a realidade apresentada nem sempre é a verdade absoluta, a desigualdade na educação existe e afeta a população pobre de maneira drástica.

Nesse sentido o que se ver nas escolas públicas é em sua maioria um ensino tradicional, uma educação bancária, baseada em Paulo Freire (1987) em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, a educação bancária é um ato de depositar, em que o professor está em sala para colocar os seus conhecimentos metódicos e sistemáticos na cabeça de seus alunos, estes por sua vez tem a tarefa de guardar os conhecimentos como forma de memorização e repetirem quando for necessário. Freire (1987) salienta que:

Na visão “bancária”, o “saber” é uma doação dos que julgam sábios aos que jogam nada saber. Doação que se funda numa manifestação instrumental da ideologia da opressão- a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual está se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1987, P.33)

Esta educação por sua vez existente na atualidade baseia-se ainda na educação colonial, uma estrutura educacional de hierarquia que o professor está sempre acima dos alunos por ter mais conhecimentos que ele, uma visão totalmente errônea. Illich (1985) vem afirmar isso em sua obra, o mesmo afirma que o sistema escolar é uma grande ilusão, de que a maior parte do que aprendemos é resultado da escola, sim a escola é essencial para consolidar alguns ensinamentos, mas a maior parte dos conhecimentos adquiridos por os sujeitos é adquirido fora da escola.

Tornando esse o caso da educação escolar quilombola, os alunos chegam a escola com uma bagagem de conhecimentos adquiridos fora da mesma e cabe ao sistema escolar consolidar estes, além disso, ensinar ao mesmo o novo, mas sem deixar de lado a sua essência e seus conhecimentos, fazendo assim uma via de mão dupla, de maneira que seja apresentado a ele um conhecimento de mundo necessário mais que seja fortalecido o seu conhecimento do senso comum aprendido em seu contexto cultural e familiar. De acordo com Paulo Freire:

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessário estar sendo com as liberdades e não contra elas. Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa por si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. (FREIRE, 1987, p.39)

Cabe ao sistema escolar e ao educador ser um mediador de conhecimentos não sendo superior ou inferior, mas se tornando parte da educação de modo igualitário, ensinando e aprendendo em mesmo tempo. O novo sempre é possível de ser apresentado, a criticidade deve ser algo permitido na escola para tornar os alunos serem pensantes.

Mas, para que esse sistema escolar seja implantado em sua totalidade é necessário haver uma grande mudança no ensino, dando espaço ao senso comum como também fonte de conhecimentos e não viver a educação escolar sobre os paradigmas dominantes que negam qualquer forma de conhecimento que não seja o científico. Para isso Boaventura vem fazer uma crítica ao sistema escolar e ao conhecimento apresentado pelo mesmo o mesmo afirma que: “Da minha perspectiva, para haver mudanças profundas na estruturação dos conhecimentos é necessário começar a mudar a razão que preside tanto aos conhecimentos como a estruturação deles. Em suma, é preciso desafiar a razão indolente.” (SANTOS, 2002, p.06)

Com base nesses preceitos, podemos buscar as bases para modificar os sistemas de ensino brasileiro, em especial na educação escolar quilombola tema aqui retratado. Ao questionar a racionalidade presente na concepção de ciência na qual gera os conteúdos escolares tradicional, Boaventura aproxima a educação tradicional a um mecanismo de colonização do saber. A valorização do conhecimento subalterno, da história quilombola, da memória local, ou seja de conhecimentos que foram invisibilizados ou silenciados pela episteme moderna, corresponde como o método mais eficaz de se construir um outro paradigma educacional que vise um processo de descolonização. Esta descolonização de saberes seria a mudança do ensino através de uma narrativa anticolonial, pelo ponto de vista do colonizado, neste caso o povo negro brasileiro, o movimento negro e as comunidades quilombolas.

É necessário, segundo o autor, se focar nos saberes emergentes e ausentes para a construção de alternativas possíveis, ainda que incertas. No que se refere à educação quilombola, esses saberes se encontram nas lutas dos movimentos sociais, particularmente do movimento negro e do movimento quilombola que pode ser expressada nas inúmeras conquistas legais da Constituição de 1988 até os dias de hoje. Apesar disso, a efetiva implementação dessas leis na realidade escolar quilombola é ainda incerta. Para explicar esse complexo jogo de ausências e emergências, Santos utiliza a dicotomia Não/ Ainda-não:

O não é a falta de algo e a expressão da vontade de superar essa falta. É por isso que o Não se distingue do nada. Dizer não é a categoria mais complexa, porque exprime o que existe apenas como tendência, um movimento latente no processo de manifestar. O Ainda-Não é o modo como o futuro se escreve no presente e o dilata. (SANTOS, 2002, p.22)

Nesse sentido é possível compreender que Santos conversa teoricamente com a ideia atual da educação quilombola/educação escolar quilombola. Se na educação quilombola há a

necessidade de ser implantada uma educação escolar voltada para o seu público o NÃO que pode ser expressado na AUSÊNCIA da cultura negra e quilombola escolar quilombola da educação escolar quilombola e, conseqüentemente, a necessidade de superar essa falta, no caso de implantar um currículo específico para estes no desenvolvimento de um PPP próprio à escola. Desta maneira o AINDA-NÃO que nada mais é do que EMERGÊNCIA, ou seja a iniciativa de fazer isso acontecer agora. A luta do movimento negro e o movimento quilombola pela implantação das DCN's para educação escolar quilombola e também a luta no dia a dia da escola que cada profissional comprometido com a educação quilombola faz, tencionando os currículos exógenos a comunidade e trabalhando a identidade e a resistência quilombola na educação.

## **2.2 Quilombos e Quilombolas**

Muito se ouve falar sobre quilombos e quilombolas, mas nem todos aqueles que falam sobre o assunto ou que escutam sobre compreende de onde surgem esses termos e qual o seu verdadeiro significado.

Renato Emerson dos Santos traz uma concepção de quilombo de 1740 indicada pelo Conselho Ultramarino de Portugal que o define como: “Toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (SANTOS, 2013, p.653)

Ainda neste contexto a visão sobre quilombo era tida como um grupo de escravos trazidos para as Américas de forma bruta e contra sua vontade, e fugiam de seus donos e se agrupavam como forma de resistência à escravidão, estes sendo agrupamentos com dezenas de habitantes ou em alguns casos com um grande número de foragidos, como o caso de Palmares em Alagoas. Santos vêm fortalecer essa ideias nos relatando que significado de quilombo pode haver diversas interpretações.

Eles eram sinônimos de liberdade para uns e ameaça (de roubos, de libertação de escravizados, de guerrilhas e etc.) para outros. Para muitos escravos fugidos (e também homens livres desprovidos de recursos dentro da ordem escravocrata), eles representavam a possibilidade de inserção de produção e repartição social mais igualitária, com isso, um modelo alternativo de sociedade que engendrava um confronto com o modelo escravista. (SANTOS, 2013, P.653)

A ideia de quilombo como foi vista, ia de encontro a seu lugar na sociedade, para os fazendeiros ricos donos de escravos os quilombos eram tidos como uma ameaça para os seus negócios. Já para aqueles que se encontravam no lado oposto, os escravizados, os quilombos eram vistos como meio de buscar a liberdade, de construir uma vida livre. Os quilombos eram tidos como aldeias que reuniam um grupo seja ele grande ou não de escravos que tiverem como

única saída fugir e buscar refúgio, a fuga era uma forma de resistência contra seus senhores e um sinal de liberdade, este tornando um meio de refazer suas vidas de acordo com suas raízes africanas, podendo viver sua cultura, seus saberes e suas vidas longe da escravidão.

Em 1988 a Constituição Federal redefine este conceito através do art. 68 a qual afirma que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988) Esta nova definição veio para quebrar com as visões errôneas sobre o povo africano e os negros no Brasil, em virtude que, antes a visão demonstrada para a população brasileira como sociedade e na educação escolar era a de que os escravos aceitavam de certa forma a vida escrava, alimentando uma visão errônea e aumentando assim a visão racista nas escolas e na sociedade, além desse aspecto, os livros didáticos mostravam o Quilombo dos Palmares como único, eliminando os demais da história mostrada nos livros didáticos, este um marco na definição de quilombo trazida pela Constituição Federal de 88.

Em 20 de novembro de 2003 diante de uma história de lutas e conquistas do movimento negro, a Constituição Brasileira de 1988 reconheceu o direito à intitulação das comunidades quilombolas a partir do decreto n. 4.887/03 de forma que tornou-se possível declara-se remanescente de comunidade quilombola aqueles que:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida  
 § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto-definição da própria comunidade.  
 (BRASIL, 2003, p.01-498)

Quanto ao conceito quilombola, ainda no Brasil colonial eram vistos como africanos ou afrodescendentes sendo homens e mulheres que eram fugidos de suas condições de escravos. Segundo Ferreira 2013: “Quilombolas eram os sujeitos e grupos sociais que se libertavam da escravização imposta, negando a inferioridade que lhes era atribuída pela ordem colonial” (p. 649). Por muitos anos se tinha essa visão de quilombola como aquele negro, foragido de seus donos.

Após o fim do sistema escravista o conceito foi reformulado e tinha como significado sujeitos de direitos, isto graças ao movimento negro no país. Não estacionando neste quesito, ainda segmentando a Constituição de 88 e seu decreto nº 4.887/03 acima citado o mesmo um avanço significativo para a população afro-brasileira devido conquista do movimento negro. A autoatribuição apontada no decreto nada mais é do que um direito e elemento fundamental para



que o Estado reconheça este povo, e assim os mesmos construam sua identidade étnica. Ferreira (2013) traz uma visão significativa neste sentido:

A medida que a organização étnica dessas comunidades avança, amplia-se a dimensão de resistência, presentes nos termos quilombos e quilombolas, os quais passam a ser associados a aspectos históricos, culturais e raciais dos grupos. A afirmação étnica produz uma nova valorização da memória e das próprias histórias vividas. (FERREIRA, 2013, P.651)

Enquanto movimento social propriamente dito, os quilombolas são símbolos de resistência, de desconstrução de inferioridade perante a sociedade, de luta constante, de uma riqueza de conhecimentos, culturas e saberes que fazem parte da construção do Brasil.

O que devemos entender a parti do que foi exposto é que os termos não são apenas meras nomenclaturas explicadas, mas sim uma compreensão do processo social, da releitura da história, de quem são e de onde veem certos termos, de um processo de aceitação do eu e do outro, da identidade negra, dos patrimônios culturais, territorial, histórico e ancestralidade.

### **2.3 Educação quilombola/Educação Escolar Quilombola**

A educação quilombola vai além de estar matriculado em uma escola, os sujeitos inseridos no contexto social de comunidades remanescentes de quilombo carregam consigo uma bagagem de conhecimentos, de saberes locais, culturais e valores que aprendem em comunidade, além das crenças e costumes que se perpétua de geração a geração, estes conhecimentos locais e de mundo, o trabalho manual e as tecnologias utilizadas entre si são um processo educacional construído no convívio comunidade/família fazem parte da educação quilombola.

Porém visando a necessidade de uma educação escolar quilombola na qual atende-se as necessidades de conhecimentos fora da relação apenas de comunidade, uma educação engajada no sistema escolar, sendo essa um direito de todos cidadãos brasileiros e que por outro lado garantisse uma modalidade de ensino da educação básica e que nela esteja aspectos pensados para os sujeitos pertencentes de quilombo, está por sua vez não sendo uma modalidade separada da educação básica, mas, que esteja dentro da mesma com o diferencial de que seja pensada para um certo público.

O aluno ao ser matriculado em uma instituição de ensino não inicia seus conhecimentos a partir deste ponto, afinal ele não é uma tabua rasa a espera de que coloquem coisas em sua cabeça, ou uma conta bancaria esperando por depósitos de saberes, ao contrário de tudo isso, ao ingressar na escolarização traz consigo inúmeros conhecimentos adquiridos no cotidiano, e

ainda quando o sujeito em questão são crianças, que utilizam de vários saberes em seu cotidiano e que vive em sociedade e com a troca dos mesmos na relação família/comunidade, desta maneira, a escola é apenas mais um lugar onde ele deve aprender mais, tirar dúvidas e acrescentar a sua vida uma soma de conhecimentos que até então ele não tenha.

Nesse contexto tomamos como partida a visão de Ivan Illich (1985) em sua obra *Sociedade sem Escola*, relatando sobre as instituições educacionais: “Seu objetivo deve ser facilitar o acesso ao aprendiz: se não poder entrar pela porta, permita-lhe que, pela janela [...]” (p. 86-87).

Como afirmou Illich, se o direito a educação não tornou-se algo fácil a ser entrado pela porta, está pelos direitos que se tem e que muitas vezes não sai do papel, que seja pela janela, está por sua vez por a luta por nossos direitos. A lei muitas vezes não é cumprida sendo a mesma nada facilitadora no país em que vivemos, a educação é um direito de todos, mas, nem sempre adequada a todos.

Através dessa visão, a escola tem o dever de abrir caminhos para novos conhecimentos, deve ter o objetivo de ser facilitador de ensino e construção deste. Tratando-se de educação escolar quilombola e de seu processo histórico de lutas e avanços políticos dessas comunidades, é possível afirmar que avançamos muitos em relação a esse aspecto, ainda falta muito a ser conquistado, mas os primeiros passos já foram dados. E pode-se afirmar que nenhuma dessas leis teriam saído das idealizações se não tivesse o papel das instâncias sócias, seja o Movimento Negro principal grupo de sujeitos que buscaram a melhoria para a educação escolar quilombola, seja os movimentos quilombolas que estão efetivamente na luta para garantir seus direitos, e também as associações.

Mas a realidade nem sempre foi essa, na primeira e única Constituição do Império do Brasil ainda em 1824 ao negro não era dado o direito de estudar, ao mesmo não era vista a necessidade de estudos (NOGUEIRA, 2012), os avanços foram vistos para a educação da população negra mais de um século após, apenas na constituição de 1988.

Em uma breve contextualização linear sobre a trajetória da educação escolar quilombola em seus aspectos políticos e normativos, vivenciamos alguns avanços dentre eles pode-se afirmar que em um marco político inicial está a Constituição Federal de 1988, que reconhece os quilombolas quanto sujeitos de direitos. De acordo com a Constituição de 88:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.  
 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (BRASIL, 1988, P.01-498)

Após a Constituição de 88, em 20 de dezembro 1996 foi decretada a Lei 9.394/96 em sua lei complementar nº11.645/2008 que altera a Lei 10.639/03, a mesma deixa evidente a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no âmbito educacional brasileiro.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Aqui encontra-se mais um marco na educação escolar quilombola. A obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino seja público ou privado garante a abordagem do tema, não sendo retratada de qualquer forma ou ausentada dos conteúdos programados durante o ano letivo, ou tratado apenas como mais uma data do calendário sem nexos a serem trabalhadas apenas naquele dia e ponto final, não atribuindo significado alguns ao que foi feito. O assunto deve obrigatoriamente fazer parte dos conteúdos escolares e em todas as disciplinas.

No ano de 2012 o Ministério da Educação do Brasil homologou as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, este um grande avanço para a modalidade de ensino.

Art. 7º A Educação Escolar Quilombola rege-se nas suas práticas e ações político pedagógicas pelos seguintes princípios:

- I - direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade;
- II - direito à educação pública, gratuita e de qualidade;
- III - respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;
- IV - proteção das manifestações da cultura afro-brasileira;
- V - valorização da diversidade étnico-racial;
- VI - promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- VII - garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social das comunidades quilombolas;
- VIII - reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;

XIX - conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas; (DCN'S, 2012, P.05)

Entende-se que está escola quilombola seja aquela localizada em território quilombola, porém está modalidade educacional também deve ser voltada para aquelas escolas que atendem estudantes oriundo e território quilombola.

Em virtude do que foi mencionado posteriores, estes são alguns avanços que a educação escolar quilombola teve o prazer de vivenciar até a atualidade, ainda falta muito, e uma das principais lacunas é a vivência dessas leis na prática, teoricamente elas existem, mas em sua maioria ainda não estão sendo colocadas em prática em várias escolas do Brasil.

Espera-se que a gestão e o corpo docente das escolas nos territórios quilombola tenham conhecimentos das leis que regem a educação como um todo e das especificidades para a escola quilombola em questão, assim como e necessário reconhecer a importância de valorizar essa história e cultura tão rica para a população brasileira, e principalmente para os próprios alunos que são parte desse contexto histórico. Para formar profissionais capacitados e elevar a qualidade de ensino nas comunidades quilombolas o MEC (Ministério da Educação) oferece anualmente, apoio financeiro aos sistemas de ensino, onde os recursos devem ser aplicados em formação continuada para os professores e gestores, em busca de melhoria do ambiente escolar.

### **3 METODOLOGIA DE PESQUISA**

O tema abordado durante a escrita do trabalho parte da curiosidade e da inquietude sobre como é abrangido a educação na comunidade quilombola, partindo da aproximação do pesquisador com a comunidade e do anseio pelas respostas ainda que vindas dos meros pensamentos amadores de como poderia ser está educação e de o quanto poderia ser moldada para garantir os direitos dessa população tão rica de conhecimentos, de lutas, vitórias e histórias.

Pensando em uma metodologia para atingir os objetivos traçados para a pesquisa em questão e analisando as diversas possibilidades que nos tinham, tornou-se adequada a nossa proposta a utilização das reflexões de Santos (1983) visto que o processo a qual nos leva a pensarmos metodologicamente parte da ideia da relação entre a interação com o meio e o diálogo com o mesmo. Desta maneira entende-se que deva haver uma relação direta entre o saber e o fazer, do senso comum e do científico, não deixando-se diminuir nem um dos aspectos aqui mencionados, tornando ambos de extrema importância para a formação do sujeito pesquisado. Está perspectiva foge da ideia a qual a sociedade e a ciência tradicional nos ensina de forma que a mesma torna verdade absoluta apenas aquilo que é passível de verificação,

porem sabe-se que está verdade absoluta é apenas uma implantação que a sociedade como um todo impõem sobre a educação do nosso país sendo ela sistemática e metodológica e que na verdade é uma mera razão indolente que segundo Santos (2000) em sua obra Para uma sociologia além das ausências e uma sociologia das emergências cita como um conhecimento hegemônico que deve ser desafiado e mudado.

O desenvolver da pesquisa teve início ainda no início do ano de 2017, quando a busca por conhecimento, as leituras sobre o assunto e as informações sobre o campo de pesquisa começaram a ser constantes. Alguns objetivos foram traçados até chegar aos principais a serem norteadores para responder ao problema de pesquisa traçado ainda inicialmente, neste decorrer delimitamos como objetivo central, analisar como as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica estão inseridas no contexto curricular da escola, e de que maneira está sendo utilizada no 3º ano do ensino fundamental ainda que a escola segue um currículo preestabelecido pela secretaria municipal de educação do município. Como meio de destrinchar este optamos por desenvolver os objetivos específicos, temos os mesmos: a) Identificar o uso ou não da relação curricular entre o currículo atribuído a escola e o uso das normas obrigatórias de ensino para o público quilombola; b) Analisar os pontos positivos e negativos acerca das observações realizadas em sala.

A proposta metodológica para o estudo parte da ideia de Boaventura de Souza Santos (1983) com a proposta do método do caso alargado apresentada em sua obra Os conflitos urbanos no Recife: O caso do Skylab na qual o autor refere-se ao método como:

Em vez de fixar na quantidade de casos (observações) adequada, o método de caso alargado escolhe um caso ou um número limitado de casos em que se condensam com particular incidência os vectores estruturais mais importantes das economias interacionais dos diferentes participantes numa dada prática sectorial. Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vistas a captar o que há nele de diferente ou mesmo único. A riqueza do caso não está no que há nele de generalizável, mas, na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem. (SANTOS, 1983, p.11-12).

O método do caso alargado utilizado como proposta metodológica que surge a partir da escolha de um caso, neste presente o da escola e sala de aula em questão, não sendo está a única que passa por a mesma situação no Brasil, mas, podemos a partir da realidade desta especificidade ter uma noção de como se caracteriza as escolas quilombolas existentes no país e como o estado/município interfere na educação. Cada caso tem suas características próprias

não distinguindo totalmente de outros que se assemelham mas contendo em cada suas particularidades a qual será destrinchado neste trabalho.

A partir deste método será realizado um estudo de caso de cunho etnográfico Segundo Ludke e Andre (2012, p.13-17): “O estudo de caso é o estudo de um estudo de um caso seja ele simples ou específico (...) o caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem interesse próprio, singular”. Ainda de acordo com as autoras: “Etnografia é a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo.” (LUDKE e ANDRE, 2012). Isto posto, afirmamos que através da metodologia utilizada neste trabalho torna-se um método de relacionar criticamente as teorias estudadas em relação ao tema com os dados colhidos em campo, a fim de chegar a um resultado positivo.

Para obtenção das informações necessárias para a pesquisa utilizou-se de alguns instrumentos de coletas de dados, de início a observação participante (totalizando 5) que por ventura levará a compreender como de fato ocorre o processo da construção da identidade do discente quilombola em sala e através de quais apartades educacionais partem as metodologias utilizadas em sala, sendo este instrumentos baseado em Burawoy (1991, *apud* Mendes, 2003, p. 18) “A observação participante é a técnica ideal para apreciar o mundo do outro e sentir, por conseguinte, as redes de denominação em que as pessoas estão envolvidas”. Além deste instrumento foi realizado a análise documental, entrevistas informais e questionários aplicados a docente da sala, coordenadora e gestora da instituição de ensino campo de pesquisa. Foi realizada também uma visita há festa da consciência negra que envolve comunidade escola a fim de ver essa relação através de um olhar fora da sala de aula.

Foram realizadas 8 visitas a escola entre os dias 31.10.2018 a 17.12.2018, afim de obtenção de dados para a pesquisa, dentre essas a primeira foi como forma de primeiro contato com coordenadora e gestora entregar e a declaração assinada pela secretaria de educação do município sendo essa uma norma da cidade para que seja possível realizar a pesquisa, houve uma conversa informal sobre a escola e seu funcionamento e por fim foi destinada por ambas a sala a qual seria realizada a pesquisa. Ouve outra visita a escola mas neste dia não foi possível a observação em sala e foi aproveitada para observar outros aspectos que envolvem a pesquisa. As outras 3 próximas visitas foram realizadas as observações em sala e a forma como a professora realizou o seu planejamento e a ação do mesmo em sala quando necessário a mesma pedia meu auxílio e sempre conversava comigo sobre seu planejamento do dia e também semanal. No dia 17 de novembro foi realizada pela comunidade a Festa da Consciência Negra, está envolvendo comunidade/escola a qual fui com uma visão de pesquisadora.

Como a pesquisa para o TCC teve uma relação direta com o estágio obrigatório visto que foi acordado por ambas partes orientador e docente da disciplina de estágio, foi necessário a aplicabilidade de duas aulas na turma. Aproveitando esta oportunidade realizei uma atividade em sala sobre o autorretrato e a autobiografia.

A escola campo de pesquisa foi escolhida por ter características necessárias para o contexto do estudo, a mesma é de rede municipal, localizada na zona rural de Caetés- PE, está situada em uma comunidade quilombola e atende ao público da vila onde está situada o prédio e a região circo vizinha, está denominada Escola Municipal Manoel Izidório. A escola atende um público de 209 alunos matriculados na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental no período da manhã, e oferta educação infantil, anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, funciona de manhã com a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e a tarde com os anos finais, e contam com 45 funcionários públicos distribuídos entre: Gestora, Coordenadora, Docentes, Interprete de Libras, Professora Sala de Leitura, Auxiliar de Secretaria, Auxiliar de Serviços Educacionais, Auxiliar de Serviços Gerais, Merendeira, Porteiro e Vigia, compondo estes o quadro de funcionários. O prédio da escola é de ordem municipal, porém é cedido no período da noite para que ocorra o programa EJA Campo sendo este estadual, as turmas são compostas por alunos da Vila Atoleiro e do sítio que estão nas redondezas da vila também chamado de Sítio Atoleiro. O programa atende os quilombolas que não tiveram oportunidade de estudar por inúmeros motivos na qual compreendemos que atualmente também intervém na educação nas escolas quilombola e na educação como um todo, em sua maioria são adultos e idosos em busca do conhecimento escolar não adquirido na juventude por ter que ajudar os pais na roça, nas casas de farinha ou nos afazeres de sua comunidade. Na verdade sabemos que essa perda de estudos e conhecimentos sistemáticos parte de um sistema escolar que limita-se a pouco e que não garante os direitos apenas escritos em leis e não vigorados na realidade.

Além do que já citado o prédio da Escola Municipal Manoel Izidório é cedido para as reuniões da associação quilombola local, que ocorrem geralmente no primeiro sábado do mês, nestas reuniões estão em pauta os direitos e deveres da comunidade, é apresentado as leis, benéficos governamentais destinados a população quilombola, saberes locais, crenças, cultura, educação, ancestralidade, entre outros pontos que permeiam a comunidade como um todo.

Os sujeitos da pesquisa são alunos moradores da comunidade (vila) e região que estejam devidamente matriculados na escola e que frequentam as aulas na turma do 3º ano do ensino fundamental, sendo está a turma a qual foi realizada os estudos, a docente regente da turma que por sua vez também é da comunidade Atoleiro, será analisado o currículo em sala, as

metodologias utilizadas e clareza na prática sobre a afirmação e construção da identidade negra, construindo e apresentando métodos pedagógicos enriquecedores para a afirmação da negritude dos alunos e a sua identidade quilombola em sala de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Quilombolas. Como complemento para o estudo foi essencial a participação da coordenadora de ensino da escola, e a gestora da mesma, está também da comunidade quilombola, professora há 23 anos, estando apenas a 2 anos no cargo de gestora.

Isto posto, por questões éticas e para evitarmos constrangimentos aos participantes da pesquisa, será utilizado o TCLE (Termo de consentimento livre e esclarecido), para que os sujeitos tenham consciência que estão participando da pesquisa, de forma clara os participantes terão sua identidade preservada, e todas as informações utilizadas serão as que os mesmo tomem consciência sobre. Como forma de complemento foi cedido também uma declaração assinada por a Secretaria de Educação de Caetés autorizando a pesquisa na escola, foram feitas 3 copias da declaração, e distribuídas na Secretaria de Educação de Caetés, na Escola Municipal Manoel Izidório e com a autora desta pesquisa.

#### **4 A REALIDADE ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ATOLEIRO**

A comunidade quilombola Atoleiro está localizada na cidade Caetés-PE, sua povoação teve início bem no início do século XX, quando por volta de 1904 quatro famílias remanescentes de quilombos vieram para região, os mesmos de Alagoas, São João, Pesqueira e Garanhuns. História essa contada pelos primeiros povos que chegaram na hoje chamada Vila Atoleiro. (ALMEIDA, 2014)

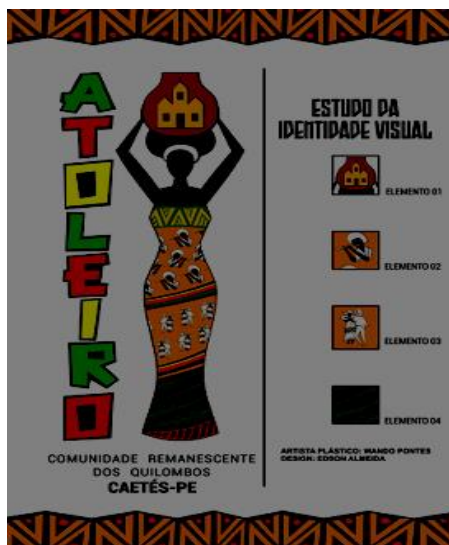
Em setembro de 2013 a Fundação Cultural Palmares reconheceu Atoleiro como remanescente de quilombo, desde então várias ações foram implantadas na comunidade para fomentar a economia e cultura local. Primeiro foi feito um trabalho de conscientização das pessoas, da importância dela se autodeclararem negras, pois até então isso de certa forma era um tabu, depois foram sendo resgatado o grupo de samba de coco e também a banda de pífanos, trazendo para a comunidade as suas raízes e a cultura local, que hoje é a maior manifestação de cultura da comunidade, ocorrendo durante todas as festividades da mesma, seja na própria comunidade Atoleiro ou fora dela, desde as festividades nas festas da consciência negra que ocorrem na comunidade até as apresentações fora da cidade, como no festival de inferno de Garanhuns e cidade vizinhas. A Escola Municipal Manoel Izidório está atribuindo um papel muito importante quanto escola/comunidade, visto que durante todo ano e dando enfoque na semana da consciência negra, tornando este um dos projetos que a escola adquiriu, participa



ativamente nas atividades realizadas em sala, no samba de cocô mirim, nas apresentações culturais e no fortalecimento da comunidade quilombola Atoleiro.

Após a conquista no ano 2013, em 2015 a comunidade recebeu mais um presente sua história registrada, sua identidade local em forma de slogan da comunidade. Em 3 de novembro de 2015 segundo o blog Amo Caetés:

Imagem 1: Slogan da comunidade



Fonte: Blog Amo Caetés (2015)

No ano de 2015 a comunidade ganhou sua identidade visual, a arte representa a história da comunidade criada por Wando Pontes artista da terra. A identidade visual foi feita com base em levantamentos realizados pelos próprios moradores da localidade, hoje reconhecida nacionalmente como comunidade quilombola. Dados como, as mulheres que carregavam água dos caldeirões de pedra, a palha do coqueiro Ouricuri (catolé), a capela história da comunidade, a banda de pífanos e o samba de coco serviram como base dos desenhos feitos a mão livre e elaborados para compor a identidade.

A partir destes elementos surgiu a figura de uma mulher negra, carregando água no pote com a imagem da Igreja local e no seu longo vestido com as cores afrodescendentes, as imagens do samba de coco, da banda de pífanos e da palha de coqueiro. A arte foi digitalizada (vetorizada) e finalizada pelo designer Edson Almeida. Após apresentação da identidade visual, a mesma foi aprovada pelos moradores e agora vai fazer parte da história do povo do Atoleiro.

A Escola Municipal Manoel Izidório situada na comunidade quilombola Atoleiro é uma instituição municipal, atende um público cujo os sujeitos são crianças, adolescente e adultos moradores da comunidade e sítios vizinhos, e segue a mesma proposta curricular que a prefeitura estabelece para todo o Município.

A educação quanto institucionalizada na comunidade quilombola Atoleiro segundo relatos das pessoas moradoras da comunidade e da própria gestora da escola partiu da necessidade percebida pelos moradores de haver na comunidade uma escola para que os filhos dos moradores pudessem ter acesso a uma educação de qualidade e que atendesse a todos. Segundo a gestora nomeada no respectivo trabalho de Souza (2018) através de informação verbal:

Aproximadamente no ano de 1967 o Senhor Nemézio Manoel da Silva- Caetés PE, preocupado com os estudos de seus filhos, como também de toda comunidade resolveu doar um terreno para construção de uma escola, está recebeu o nome já referida em homenagem ao ex-vereador do município Manoel Izidório. (SOUZA, 2018)

Através do relato feito pela atual gestora da escola, que é filha desta comunidade nota-se que a luta por a educação quilombola na comunidade Atoleiro partiu de meados do ano 1967, por meio de um dos primeiros moradores da comunidade que sentiu a necessidade de uma educação de qualidade para todos, sabendo o mesmo que era direito de seus filhos e de toda comunidade doou um terreno para que através do poder público municipal e estadual fosse realizada a construção de uma escola na comunidade, para que assim pode-se ser tomada as devidas providências quanto a educação da população moradora da comunidade. A dificuldade e a distância de se chegar a uma escola era de tamanha estima que muitos evadiam-se dos estudos, seja por distância para se chegar na escola mais próxima, falta de transporte, ou até mesmo pelo cansaço enfadoso de ajudar seus pais na agricultura e casas de farinha e ter que andar quilômetros a pé até chegar a escola mais próxima.

Nota-se que a busca por direitos educacionais iniciou na comunidade ainda nesta época, mas, ela não acabou nem após 51 anos, este o ano em que o primeiro passo da comunidade foi dado. Em 26 e 27 de setembro de 2016 foi ofertado pela Secretária Municipal de Educação de Caetés-PE, o Núcleo de Pesquisa, Extensão e Formação em Educação do Campo e a Universidade Federal de Pernambuco um curso na cidade de Recife nomeado 1º Seminário de Conclusão de Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo para Professoras das Escolas do Campo e Quilombola, sendo destinado uma trabalho realizado por docentes e gestora da Escola Municipal Manoel Izidório cujo título: Fortalecimento da Identidade Quilombola da Comunidade Atoleiro. Participaram desse seminário 6 docentes da escola Manoel Izidório, estás moradoras da comunidade e professoras da escola, atualmente no ano de 2018 ambas são funcionárias da instituição de ensino e uma delas tornou-se gestora desde o ano de 2017.

O Projeto Político Pedagógico encontra-se em processo de construção e não foi possível ter acesso ao mesmo devido a isso. A escola trabalha com base no currículo destinado pela Secretária de Educação Municipal através de projetos de cunho pedagógicos e buscam relacionar os mesmos com a realidade do público escolar, relacionando o currículo preestabelecido com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola e a Lei 10.639/03.

Com esse leque de informações sobre a comunidade e sobre a escola, que vai desde os primeiros moradores em 1904 até o ano de 2018, com uma trajetória de muitas lutas e conquistas que podem ser utilizadas como fonte para o ensino na escola. A relação comunidade/escola é

algo presente no contexto da comunidade quilombola Atoleiro, facilitando a educação quilombola e a educação escolar quilombola para os sujeitos inseridos em ambos meios educacionais.

## **5 O CASO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL IZIDÓRIO?**

A observação de como era tratada a educação e os direitos referentes a educação destinada a comunidades quilombola partiu antes mesmo das visitas como pesquisadora. Ainda no ano de 2016 quando convidada a assistir as apresentações da festa junina da comunidade comemorada no mês de Julho e logo após no mês de Novembro na comemoração na festa da consciência negra por parte da comunidade.

A partir desses dois momentos iniciou-se a curiosidade e a relação e observação crítica a partir destes dois momentos. Era possível notar que a história, a cultura, os saberes populares da comunidade, a história local e tudo que envolvia a ancestralidade do seu povo era presente em cada gesto, veste e palavra mesmo que não notado pôr os próprios. A pesquisa mesmo que não esquematizada iniciou neste período.

No ano de 2017, iniciou-se as pesquisas sobre a comunidade, a me manter informada de como acontecia a luta da comunidade enquanto associação quilombola e dos direitos e deveres a serem segmentados pela comunidade, foi quando deu-se início a meus primeiros escritos sobre a mesma, e segui colhendo informações, dados e artigos sobre a comunidade e os assuntos que a envolve ou que seja do interesse na pesquisa.

Em setembro de 2018 foi dado início a parte burocrática de documentação entregue a Secretária de Educação de Caetés-PE, município onde é localizada a comunidade quilombola Atoleiro, que por sua vez autorizou a pesquisa na escola. A primeira visita a escola como pesquisadora aconteceu ainda no mês de outubro quando foi realizada a entrega da declaração assinada pela Secretária de Educação da cidade, a parte deste momentos as visitas foram acontecendo semanalmente e as observações deram início na primeira semana de novembro e sendo as mesmas concluídas em dezembro, apesar do pouco tempo de observações foi possível colher as informações necessárias para a escrita e conclusão da pesquisa.

A Escola Municipal Manoel Izidório localizada na comunidade quilombola Atoleiro é ainda na atualidade mantida por instância municipal, desde a manutenção do prédio a funcionários e como em quase toda realidade de escola quilombola no Brasil segue o currículo municipal direcionado por parte da Secretária Municipal de Educação do município de Caetés.

Mas isso não demonstra afetar o seguimento das Normas de ensino para seu público, visto que através das visitas e observações participantes notou-se serem utilizadas em sala enquanto componente curricular que engloba a escola como um todo.

Partindo de uma visão micro que por outro lado tem um impacto macro nas comunidades quilombolas e na questão educacional do Brasil a comunidade Atoleiro e a escola situada na mesma, não difere muito das escolas quilombolas ou inseridas nas comunidades remanescente de quilombos. Apesar de ter suas particularidades, a escola tem um público remanescente de quilombo, atende as demandas municipais de ensino e trabalha através do documento norteador o currículo do Programa Alfabetizar com Sucesso sendo este adaptado a realidade do público escolar da instituição, a mesma busca efetivamente fazer relação com as DCN's para Educação Escolar Quilombola segundo a gestora e a coordenadora de ensino da mesma. Assim a partir deste quesito ser apontado metas a serem observadas de forma crítica em sala de aula a fim de analisar como era essa relação do currículo municipal a ser seguido e as normas obrigatórias para a educação escolar quilombola a partir das Diretrizes para a educação quilombola.

Desta maneira no art. 35 as DCN's para a Educação Escolar Quilombola afirma que o currículo deve seguir:

Art. 35 O currículo da Educação Escolar Quilombola, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para todas as etapas e modalidades da Educação Básica, deverá:

I -garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;

II -implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei nº9.394/96, na redação dada pela Lei nº10.639/2003, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004;

III - reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana;

IV - promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afro-brasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos territórios quilombolas;

V -garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores do currículo;

VI - considerar a liberdade religiosa como princípio jurídico, pedagógico e político atuando de forma a:

a) superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, quer sejam elas religiões de matriz africana ou não; (BRASIL,2012 p. 13-14)

A partir do art. 35 foi possível analisar através das observações como ocorriam essa relação, e se de fato ocorria efetivamente. A turma a qual me foi destinada a realizar as observações participantes foi o 3º ano do ensino fundamental, a docente também moradora da comunidade, e tem 4 anos trabalhando como professora na mesma escola. A turma de 22 alunos matriculados, em sua maioria composta por crianças do sexo masculino, tendo apenas 6

crianças do sexo feminino, dentre estes dois alunos com deficiência, uma não tem laudo pôr a família não aceitar a deficiência ainda que seja visível através da observação do comportamento da mesma, o outro aluno deficiente tem 19 anos e tem deficiência mental, este por sua vez possui laudo.

Neste período de observações a escola estava vivenciando o projeto da consciência negra que seria realizado no respectivo mês, era visível a interação de toda escola, e não só ela mas toda a comunidade, é perceptível que está comemoração para todos que fazem parte da comunidade é de estima importância e de envolvimento de todos.

Nas observações em sala o conteúdo programado para todo este mês foi a luta dos povos negro no Brasil, a importância de Zumbi dos Palmares para a população Afro-Brasileira e remanescentes de quilombo, a cultura presente na comunidade, o envolvimento e relação de comunidade e escola. Um fator vivenciado em sala que chamou atenção foi a forma como cada aluno falava de Zumbi, da história do negro e da relação com o agora, até mesmo aqueles que não se via como quilombola em seu discurso era presente a concepção de luta do povo negro, os comentários e as conversas com os colegas eram algo trazidos com naturalidade. Os trabalhos expostos nas paredes, realizado pelo turno da tarde, e os da própria turma mostravam a efetivação da implementação da Lei 10.639/03, da discussão sobre a história, da cultura, a relação de mudança e do processo histórico do negro no Brasil e do fortalecimento da identidade negra nos alunos. Porém como pesquisadora notei que não era só o encanto daquele momento que me bastava, a necessidade de ir além desse projeto foi necessário. A efetivação das Diretrizes e a relação com o contexto a qual a escola está inserida é algo que deve estar presente durante todo o percurso do ano letivo e da escola como um processo da aprendizagem e através de matérias obrigatória a serem atribuídas ao currículo.

O art. 11 § 2º da DCN's de Educação escolar quilombola salienta que: “§ 2º O calendário escolar deve incluir as datas consideradas mais significativas para a população negra e para cada comunidade quilombola, de acordo com a região e a localidade, consultadas as comunidades e lideranças quilombolas.” (p. 07)

Diante do projeto da Consciência Negra que envolvia a comunidade e escola era possível ver a movimentação dos trabalhos para o projeto da consciência negra, presente em toda a escola, o envolvimento e a agitação por estar chegando a data era algo que poderia afetar na análise dos dados, mesmo assim foi dada continuidade as observações. Porém, notava-se que era uma data e uma comemoração que toda comunidade comentava, que todos os alunos buscavam novos conhecimentos, desde a parte didática enquanto alunos a questão de pertencimento a comunidade, de seres constituintes dessa história do negro e do ser aluno,

remanescente de quilombo, afro-brasileiro e parte da história da comunidade. Este é visto como um dos projetos mais importantes e significativos para a comunidade e escola.

No dia 17.11.2018 foi consolidada a realização da festa da Consciência Negra no Atoleiro, este o 4º ano de realização na comunidade, analisando esse momento foi possível identificar a relação comunidade/escola, o fortalecimento da identidade negra, o incentivo aos alunos da escola e a comunidade como quilombola. Como forma de afirmação e construção da identidade quilombola a escola junto com a comunidade realizam alguns quadros para fazerem parte da Festa da Consciência Negra, dentre eles: O samba de cocô mirim tendo como participantes alunos da escola e moradores da Comunidade Atoleiro, o concurso da Miss Quilombo, que é um incentivo as meninas da comunidade como forma de afirmação de sua beleza afro-brasileira, apresentações culturais realizadas pela escola como: danças, capoeira, e oficina realizada na escola, este ano foi realizado a confecção de maquetes, pinturas afro e foi prestado homenagem a alguns membros que marcaram a história da comunidade quilombola Atoleiro.

A festa em comemoração a 20 de novembro é algo esperado durante todo ano na comunidade, mas após as lideranças na comunidade foi possível notar que está torna-se uma data marcante sim, mas, a busca por direitos, o orgulho de ser negro, remanescente de quilombo, afro-brasileiro é algo que permeia toda a vida destes que vivem na comunidade. O incentivo a estas crianças através da cultura do samba de cocô, da banda de pífano, do artesanato local é algo inexplicável, a cultura vai tomando gosto, a busca por melhoria na educação escolar quilombola e na educação quanto sujeito social é algo que estar tomando uma proporção significativa quanto comunidade.

Após os festejos na comunidade, foi realizada a volta à escola para a realização de mais uma observação, a docente estava trabalhando matemática em sala e algo importante me chamou atenção. Foi proposto aos alunos que fizessem um semicírculo, a professora utilizou um jogo popular chamado pega-varetas (jogo de varetas coloridas que trabalha concentração, soma de pontuação e respeito a vez do próximo) e atribuiu a cada cor um valor. A mesma foi chamando cada aluno até que ele não concluísse a conta de subtrair-multiplicar- somar ou dividir dependendo do nível de aprendizado do aluno. O que me chamou atenção foi que ela usou de elementos do cotidiano dos alunos para que eles realizassem os problemas matemáticos, desta maneira não apenas aplicando uma educação bancária, mas buscando instruir algo de seu cotidiano a brincadeira e algo concreto as varetas, podendo ser qualquer outro objeto.

**Figura 1.** Observação aula de matemática em novembro de 2018



Fonte: Autora

**Figura 2.** Observação aula de matemática em novembro de 2018



Fonte: Autora

Na imagem acima está o aluno com deficiência mental, mas que participa efetivamente nas atividades realizadas em sala, a docente com o auxílio de palitos de picolé ajuda ao aluno a realizar as operações propostas a ele através do jogo.

Após a realização das observações foi sugerido a aplicação de uma intervenção em sala, no dia 12/12/2018 foi aplicado aos alunos uma aula na qual tinha como tema quem sou eu? Foi proposto que os mesmos fizessem um autorretrato e um texto informativo ou relato da vida dos mesmos. Nestas foram possíveis de constata que a implementação das políticas públicas realizadas enquanto escola a aulas realizadas em sala enquanto educação escolar quilombola e a educação quilombola vinda do contexto familiar e a comunidade enquanto associação quilombola do Atoleiro estão aos poucos constituindo crianças e futuros adultos de seu papel quanto remanescente de quilombo.

Nas respostas e nos desenhos até mesmo aqueles que ainda não tinham um discurso ou um desenho com suas características físicas demonstravam que a implantação do assunto era algo constante em seu conviver. Alguns não se desenhavam com suas características, mas como a sociedade impõe o seu padrão de beleza, mas em seu discurso quanto texto informativo ou relato de suas vidas mostravam que tinham constituído em mente o eu negro, quilombola e importante para a história de sua comunidade. Dentre os 22 alunos apenas uma menina se

desenhou com características afrodescendente mas em seu discurso disse que não se considerava negra e nem quilombola. Em conversa com a docente a mesma relatou que esta aluna estuda na escola desde a educação infantil e que mesmo com todos os discursos sobre a educação quilombola, sobre a história de sua comunidade e seu povo através do currículo implantado na instituição de ensino não foi possível modificar o pensamento da aluna quanto a importância que há. Nessa perspectiva de atividade desenvolvida foi possível ver que a maioria da sala tem um discurso de autoafirmação e de orgulho do ser quilombola.

Os assuntos que devem ser implantados no currículo educacional da escola quanto educação escolar quilombola foram presentes nesse tempo de pesquisa tanto através da fala dos alunos enquanto observação participante, quanto nas conversas informais com a docente, coordenadora e gestora de ensino.

Como ambas relataram, muito há o que vencer e a caminhada pela frente ainda é longa. Mas, é notável a participação de todos no processo e a mudança ocorrida desde o reconhecimento da comunidade no ano de 2013 a implantação deste currículo, desde a conscientização das pessoas se autodeclararem negras até a busca por direitos e a efetivação destes perante a lei.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em face dos dados apresentados na pesquisa, é possível afirmar que a educação da Escola Municipal Manoel Izidório busca dar um passo de cada vez em busca de uma educação escolar quilombola que siga as Normas obrigatórias da educação básica e as normas que regem a educação escolar quilombola, apesar de ter um currículo escolar não adequado a modalidade de ensino e ainda depender muito do corpo docente para a implantação das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola durante os assuntos metodológicos abordados durante todo o ano letivo.

Mesmo com esta deficiência no currículo escolar, nota-se que o envolvimento comunidade/escola é algo presente na educação dos sujeitos pertencentes da comunidade Atoleiro. A instância educacional presente na comunidade busca relacionar os componentes obrigatórios de ensino abordando a educação básica com as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica como forma de cumprir com uma educação que tenha além de muros e de conteúdos programáticos na educação básica leve a compreensão e auto-declaração de um povo que foi um dos principais constituintes da história do Brasil e de sua história ao decorrer do processo até a chegada do atual ano.



É notável e importante afirmar que a educação presente na escola do Atoleiro mesmo ainda que não seguindo todas as normas de uma educação escolar quilombola, buscar desempenhar aos poucos esse quesito na educação local, e que acima de tudo é presente a construção da afirmação da identidade quilombola na escola a partir do currículo escolar.

Assim, através da realização desta pesquisa nota-se que a busca por uma educação escolar quilombola na Manoel Izidório, é e faz parte ainda da luta da comunidade, para que seja significativa e de qualidade para os sujeitos pertencentes do corpo social Atoleiro, assim como os alunos nesta instituição matriculada.

Diante de tudo, pode-se notar um distanciamento entre as normas a serem seguidas enquanto Lei e a realidade vivenciada na instituição de ensino, não tornando algo impossível de ser alcançado, aos poucos a escola está conquistando seu espaço e seus direitos. Desta maneira, a partir do que foi vivenciado nas observações, das conversas informais e de todo conhecimento sobre a Escola Municipal Manoel Izidório, através da construção do PPP a instância escolar pode requisitar a implantação de uma educação escolar quilombola ativa, atribuindo a escola o que lhe é direito, para que este processo ocorra seria viável a união da Associação Quilombola como sociedade local e o corpo docente da escola implantar no Projeto Político Pedagógico as Normas obrigatórias que regem o ensino de uma Educação Escolar Quilombola, através de uma educação democrática a fim de conquistar seus direitos.

## 7 REFERÊNCIAS

AMO CAETES. **Povoado atoleiro-caetés ganha identidade visual de remanescente dos quilombos**, 3 nov. 2015. Disponível em: <http://amocaetes.blogspot.com.br/2015/11/povoado-atoleiro-caetes-ganha.html> Acesso em: 08 ago. 2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Parecer CNE/CEB Nº 16/2012

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília: junho, 2005.

BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que altera a Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “Historia cultura Afro-Brasileira”, e da outras providências. Brasília 2003.

BRASIL. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008 que altera a Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “Historia cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e da outras providências. Brasília 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARRIL, L. F. B. **Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto**. Revista Brasileira de Educação. Sorocaba-SP, 2017, v.22, n.69, p. 539-564, abr-jun, 2017.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. 7ª. Edição. Vozes, Petrópolis, 1985.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U, 2012.

MENDES, J. M. O. **Perguntar e observar não basta é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas**.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NOGUEIRA, O. **Senado Federal**, subsecretaria de edições técnicas. 3ª Edição, Brasília, 2012.

QUILOMBO. **História**, 3 set. 2013. Disponível em: <http://quilomboatoleiro.blogspot.com.br/2013/09/historia.html> Acesso em: 08 de ago. 2018

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Companhia das Letras. São Paulo, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **“Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”** *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 63, 237-280. 2002

SANTOS, Boaventura de Souza. **OS CONFLITOS URBANOS NO RECIFE: O CASO DO SLYKAB**. *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº11, Maio, 1983.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

XAVIER, Antônio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos**. Editora Respel LTDA, Recife, 2010.